

PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Dos Deps Alencar Santana Braga e Zeca Dirceu)

Cria a bolsa de estudos emergencial para cursos superiores, com o objetivo de mitigar os efeitos da inadimplência nas mensalidades em razão da pandemia de COVID-19

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica criada a bolsa de estudo emergencial destinada a alunos de cursos superiores de instituições privadas, para fins de pagamento de mensalidades em inadimplência durante o período de calamidade pública em saúde declarada conforme Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, em razão da pandemia de COVID-19.

Art. 2º Farão jus à bolsa extraordinária de que trata esta lei os alunos que sofreram perda de renda familiar ou pessoal, conforme o caso, em razão da crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19.

§ 1º Para os efeitos desta lei, considera-se perda de renda pessoal ou familiar a redução de salário e a situação de desemprego a partir da declaração de calamidade pública em saúde de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

§ 2º. A análise do pedido de bolsa emergencial deverá avaliar a condição familiar do aluno e suas condições econômicas pessoais, nos casos em que ele seja empregado ou esteja realizando estágio.

Art. 3º. Para ter direito à cobertura da mensalidade em atraso por meio de bolsa extraordinária, o aluno deve solicitar o benefício diretamente na instituição de ensino, fazendo prova da condição prevista no artigo anterior, conforme regulamento.

Art. 4º. A instituição de ensino decidirá sobre a viabilidade do pedido do aluno de bolsa emergencial, encaminhando o processo para o Ministério da Educação para pagamento da mensalidade, independentemente de análise prévia do requerimento pelo órgão.

Parágrafo único. Para análise do requerimento do aluno, será admitido qualquer meio de prova da condição estabelecida no art. 2º.

Art. 5º. O pagamento das mensalidades de que trata esta lei ocorrerá até dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, por ato do Poder Executivo, caso perdure o estado de calamidade pública declarado em razão do novo coronavírus.

Art. 6º. Poderão ser pagas com os recursos excepcionais definidos nesta lei mensalidades de cursos superiores vencidas a partir de 20 de março de 2020.

Art. 7º. A obtenção fraudulenta de bolsas concedidas conforme esta lei implicará, no mínimo, além da devolução integral dos valores recebidos indevidamente, a aplicação de multa ao aluno e à instituição de ensino, sem prejuízo de outras sanções definidas em regulamento.

Art. 8º As instituições de ensino que aderirem ao programa ficam vedadas as demissões arbitrárias, rescisões antecipadas ou a suspensão de contrato de trabalho dos trabalhadores da educação, enquanto durarem as medidas de restrição de mobilidade e o estado de calamidade pública estabelecido no Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

§1º. São considerados trabalhadores da educação das instituições de ensino todos aqueles necessários para o planejamento e realização das atividades curriculares, com funções acadêmicas, administrativas ou nas dependências das unidades escolares, sob qualquer forma de contratação.

Art. 9º. Além das dotações orçamentárias da União, e de outras fontes, poderá ser utilizado como fonte de recursos para as medidas de que trata esta Lei, até o limite de R\$ 354.271.072,00 (trezentos e cinquenta milhões, duzentos e setenta e dois mil reais), o crédito extraordinário previsto na Medida Provisória nº 941 e 942, de 2 e 3 de abril de 2020, respectivamente, ou na sua respectivas leis de conversão.

Art. 10º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



Recentes dados de estudos realizados a partir da declaração de estado de calamidade pública em saúde no País em decorrência da pandemia de COVID-19, mostram um crescimento de mais de 70% na inadimplência das mensalidades escolares nos cursos superiores oferecidos pelas instituições privadas de ensino. Segundo Censo da Educação Superior de 2018, a rede particular atende a 75% dos graduandos brasileiros, o que representa 6,3 milhões de estudantes.

Além desses estudos, a UOL publicou uma matéria que informa dados alarmantes, segundo a Pesquisa da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes) apontou, em junho, que 82% dos estudantes dizem que a perda de renda foi o principal motivo para interromper os estudos. Realizado de 28 a 31 de maio, o levantamento ainda concluiu que 42% dos alunos estão sob risco de desistir dos estudos - 5% a mais do que o declarado em março, no início da pandemia. O Semesp prevê que julho será ainda mais complicado, comprometendo a captação das instituições, já atingidas por queda de 70% nas buscas por cursos superiores, em comparação com o mesmo período em 2019.

Na oportunidade, ressalta-se que inúmeros alunos possuem as mensalidades custeadas total ou parcialmente com auxílio dos responsáveis financeiros, sejam eles pais, mães ou quaisquer outro indivíduo, familiar ou não, que possa contribuir nessa jornada. O fato é que, dada a situação em que o país e o mundo atravessam na pandemia, inúmeros responsáveis passaram pela redução salarial, não conseguindo arcar com o compromisso financeiro perante as instituições estudantis. E, chegando mais profundamente na realidade do estudante brasileiro, muitos que conseguiam custear os gastos através de seus estágios, foram desligados das empresas por contenção de gastos.

Os efeitos da crise sanitária nesse setor são devastadores, como em tantos outros setores da economia, por isso cabe ao Estado prover os alunos em dificuldade com o pagamento das mensalidades, a serem financiadas com recursos da Medida Provisória nº 943 de 2020, como proposto neste projeto de lei que visa suplementar em caráter emergencial a alunos inadimplentes em razão das consequências econômicas da pandemia.

Além desses dados, a elaboração deste projeto de lei surgiu em razão do diálogo com estudantes representantes de centros acadêmicos e suas entidades estudantis que vem relatando as dificuldades dos estudantes, das instituições privadas, em honrar com os pagamentos das mensalidades. Ao mesmo tempo, é essencial que as instituições se



comprometam com a não demissão dos trabalhadores da educação, uma vez que a justificativa utilizada é a inadimplência e a alta da evasão.

Portanto, o mesmo se faz fundamental, uma vez que o auxílio emergencial proposto poderá garantir que milhões de alunos universitários de instituições privadas tenham sua matrícula garantida e possa cumprir com as mensalidades. Auxiliar estudantes no período da graduação é garantir o futuro do país e garantir a educação de futuros profissionais competentes e comprometidos com o Brasil.

Sala das Sessões, em de julho de 2020.

Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA

PT/SP

Deputado ZECA DIRCEU

PT/PR





Projeto de Lei **(Do Sr. Alencar Santana Braga)**

Cria a bolsa de estudos emergencial para cursos superiores, com o objetivo de mitigar os efeitos da inadimplência nas mensalidades em razão da pandemia de COVID-19

Assinaram eletronicamente o documento CD201825453800, nesta ordem:

- 1 Dep. Alencar Santana Braga (PT/SP)
- 2 Dep. Carlos Veras (PT/PE)
- 3 Dep. Professora Rosa Neide (PT/MT)
- 4 Dep. Pedro Uczai (PT/SC)
- 5 Dep. Natália Bonavides (PT/RN)
- 6 Dep. Waldenor Pereira (PT/BA)
- 7 Dep. Rogério Correia (PT/MG)
- 8 Dep. Margarida Salomão (PT/MG)
- 9 Dep. Patrus Ananias (PT/MG)
- 10 Dep. José Ricardo (PT/AM)
- 11 Dep. Maria do Rosário (PT/RS)
- 12 Dep. Zeca Dirceu (PT/PR)